

ANÁPOLIS NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO TERRITORIAL DO TRABALHO EM GOIÁS

Marcelo Jose Moreira¹

Mestre em Desenvolvimento Econômico/UEG/NEPE/marcelo.moreira@ueg.br

Angelo Rafael Nascimento Nunes

Graduando em Ciências Econômicas/UEG/PVIC-UEG/angelo_mmm@hotmail.com

Bruna de Oliveira

Graduando em Ciências Econômicas/UEG/PVIC-UEG/brunaoliveira196@hotmail.com

Eliezer da Silva Freitas

Graduando em Ciências Econômicas/UEG/PBIC-UEG/elieconomista@gmail.com

Renato Lopes Santos

Graduando em Ciências Econômicas/UEG/PVIC-UEG/re-nato-06@hotmail.com

Resumo

O processo de mundialização do capital intensificou a criação de espaços para a reprodução capitalista, e tem atuado de forma significativa para impor uma lógica de ocupação e geração de emprego concentrados. Especificamente para Goiás, isso reflete uma concentração de capital e trabalho no território do estado. É neste contexto, que o mercado de trabalho formal de Anápolis se insere, sendo produzido e reproduzindo a lógica de precarização das condições e relações de trabalho. Para tanto, foram sistematizados dados da RAIS², para análise da dinâmica do mercado de trabalho formal, ao tempo que foram realizados diversos debates sobre os temas: subdesenvolvimento, mundialização do capital, divisão internacional do trabalho e desenvolvimento regional brasileiro.

Palavras-chave: território, mercado de trabalho, Anápolis.

Abstract

The process of mundialization of capital intensified the creation of spaces for capitalist reproduction, and has acted significantly to impose a logic of occupation and employment generation concentrated. Specifically for Goiás, this reflects a concentration of capital and labor in the territory of the state. It is in this context, the formal labor market of Anápolis is situated, being produced and reproducing the logic of the precarious conditions and working relationships. It had been systematized data from RAIS (MTE)², for dynamic analysis of the formal labor market at the time that several discussions were held on the themes: underdevelopment, mundialization of capital, the international division of work and Brazilian regional development.

Keywords: territory, labor market, Anápolis.

Introdução

¹Professor do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Goiás/UEG - Unidade de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas – CSEH/Coordenador do CeTTeD – Centro de Estudos sobre Trabalho, Território e Desenvolvimento/Mestre em Desenvolvimento Econômico.

²Relação Anual de Informações Sociais, registro administrativo divulgado pelo Ministério do Trabalho e do Emprego/MTE.

Os últimos 30 anos têm se caracterizado por uma intensa transformação da forma do processo de acumulação capitalista. Tal transformação calcada na financeirização do capital e na reestruturação produtiva se apresentou sob o título de globalização produtivo-financeira ou, o que seria o mais apropriado, de mundialização do capital³. Essa nova forma de acumulação alterou de maneira significativa a geração de empregos em todo o mundo, fazendo emergir condições e relações de trabalho precárias, constituindo em uma intensa geração de subempregados, subcontratados, trabalhadores domésticos e/ou de serviços pessoais e diversas formas de organizações coletivas de trabalho (cooperativas, associações etc), sob contratos temporários e/ou flexíveis. A alteração de conteúdo se apresenta na intensidade do “uso” da força de trabalho, extremamente crescente nos últimos tempos, articulados que são às novas formas de comunicação, de produção e de controle, demonstrando uma ofensiva ação contra as diversas formas de luta/resistência do Trabalho.

Nesse sentido, entendemos que o atual estágio do desenvolvimento capitalista impõe uma nova divisão territorial do trabalho no mundo e no Brasil, engendrando uma intensa criação e recriação de espaços para a reprodução capitalista. Tal divisão impõe, entre possíveis outras coisas, novas dinâmicas regionais de desenvolvimento e de geração de trabalho e de emprego, alterando a sociabilidade entre os indivíduos das diversas regiões do país. Não só isso impõe também um intenso debate sobre os “sentidos do trabalho”⁴, para uma interpretação que dê condições de, sob a perspectiva de classe, atribuímos sentidos às concepções de Trabalho, Desenvolvimento e Coletividade (aqui condicionado ao tema Solidariedade), neste momento histórico.

O processo de mundialização do capital, refletindo bem as condições de comando do oligopólio mundial, tem atuado significativamente no sentido de impor uma lógica de ocupação do território e de geração de trabalho e emprego concentrados. Especificamente para Goiás, isso se reflete numa concentração de Capital e de Trabalho no território do estado. É neste contexto que a dinâmica do mercado de trabalho formal de Anápolis se insere, sendo produzido e reproduzindo a lógica de precarização das condições e relações de trabalho.

1 – Características do Território de Acumulação de Trabalho em Goiás

³Ver CHESNAIS (1996 e 2005) e ALVES (1999)

⁴ ANTUNES (1999)

Segundo dados do IBGE, para o ano de 2008, cerca de 52% da população goiana encontrava-se em doze, dos duzentos e quarenta e sete municípios do Estado (cerca de 5% do total dos municípios). Esses doze municípios detêm segundo dados da RAIS⁵ para o ano de 2008, 71% dos empregos formais geradas no estado e, ainda pelo IBGE, 59% do PIB estadual.

Tabela 1 - Goiás: os doze municípios que concentram trabalho formal

Municípios	2000	2008	Var. 2008/2000
Goiânia	325.547	486.279	49,37
Aparecida de Goiânia	40.431	85.668	111,89
Anápolis	40.123	70.145	74,82
Rio Verde	17.905	45.005	151,35
Itumbiara	12.483	20.027	60,43
Catalão	8.410	19.707	134,33
Luziânia	11.128	19.702	77,05
Jataí	10.514	15.056	43,2
Caldas Novas	6.733	13.630	102,44
Mineiros	4.112	10.948	166,25
Formosa	4.588	10.646	132,04
Trindade	6.280	9.889	57,47
Total de postos de trabalho	488.254	806.702	65,22
Total de postos de trabalho em Goiás	663.902	1.135.046	70,97
% em relação ao total de Goiás	73,5	71,1	-

Fonte: RAIS-MTE

Elaboração: Centro de Estudos sobre Trabalho, Território e Desenvolvimento/CeTTeD-CSEH/UEG

Esse processo resulta de uma espacialização desequilibrada das atividades produtivas no estado que detona um desequilíbrio populacional. É a esta forma de espacialização que se deve a formação de um Território de Acumulação de Trabalho, que se denota essencial para o crescimento econômico dispare no Estado, intensificando um processo de Territorialização Precária do Trabalho, bem como, de representação/formação de um excedente de força de trabalho (elemento fundamental para o acirramento do processo de precarização das condições/relações de trabalho e de subdesenvolvimento brasileiro).

Esta concentração de Trabalho (ou, este excedente de Trabalho) se apresenta numa dinâmica de precarização socioespacial, que requer uma (re)discussão sobre a divisão territorial do trabalho goiano, à luz do movimento de desterritorialização/re-territorialização do Trabalho. Nestes termos, o objetivo deste trabalho é iniciar uma discussão sobre a relação que há entre a atual divisão territorial do trabalho goiano e o

⁵ Considera-se aqui o ano de 2008, visto que é a última base de dados disponível pelo MTE.

processo recente de geração de empregos formais em Anápolis, evidenciado em um processo de Acumulação de Trabalho⁶. Processo esse que reafirma uma característica específica de estruturas subdesenvolvidas: a oferta ilimitada de mão-de-obra⁷.

Tabela 2 - Os doze municípios que concentram postos de trabalho segundo participação no Território de Acumulação de Trabalho e em Goiás

Municípios	2000	Participação no total do Território de Acúmulo de Trabalho (%)	Participação no total de Goiás (%)	2008	Participação no total do Território de Acúmulo de Trabalho (%)	Participação no total de Goiás (%)
Goiânia	325.547	66,68	49,04	486.279	60,28	42,84
Aparecida de Goiânia	40.431	8,28	6,09	85.668	10,62	7,55
Anápolis	40.123	8,22	6,04	70.145	8,70	6,18
Rio Verde	17.905	3,67	2,70	45.005	5,58	3,97
Itumbiara	12.483	2,56	1,88	20.027	2,48	1,76
Catalão	8.410	1,72	1,27	19.707	2,44	1,74
Luziânia	11.128	2,28	1,68	19.702	2,44	1,74
Jataí	10.514	2,15	1,58	15.056	1,87	1,33
Caldas Novas	6.733	1,38	1,01	13.630	1,69	1,20
Mineiros	4.112	0,84	0,62	10.948	1,36	0,96
Formosa	4.588	0,94	0,69	10.646	1,32	0,94
Trindade	6.280	1,29	0,95	9.889	1,23	0,87
Total de postos de trabalho	488.254	100,00	73,54	806.702	100,00	71,07
Total de postos de trabalho em Goiás	663.902	-	100,00	1.135.046	-	100,00

Fonte: RAIS-MTE

Elaboração: Centro de Estudo sobre Trabalho, Território e Desenvolvimento/ CeTTeD-CSEH/UEG

O Território de Acumulação de Trabalho se faz representado da seguinte forma: 03 municípios da Região Sudoeste (Mineiros, Jataí e Rio Verde); 02 da Região Sul (Caldas Novas e Itumbiara); 01 da Região Sudeste (Catalão); 02 da Região do Entorno do Distrito Federal (Formosa e Luziânia); 01 da Região Centro – Eixo BR-153 (Anápolis); e, 03 da Região Metropolitana de Goiânia (Aparecida de Goiânia, Goiânia e Trindade).

Os municípios da Região Metropolitana de Goiânia e do Centro Goiano se relacionam através da BR-153, que os liga à Brasília; e, por outro lado, se relacionam com os municípios da Região Sul, através da BR-060, que os liga aos municípios das Regiões Sudoeste e Sudeste. Esta última Região de Planejamento, através do município de Ipameri (que liga Catalão à Cristalina), integra o contorno do Território de Acumulação de Trabalho, introduzindo os dois municípios citados que representam a Região do Entorno do Distrito Federal. Nestes termos, evidencia-se uma espécie de cinturão do emprego

⁶Ver MOREIRA et alli. (2008)

⁷Sobre esta questão, ver LEWIS (1969)

formal próximo aos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso do Sul, como demonstrado na figura abaixo.

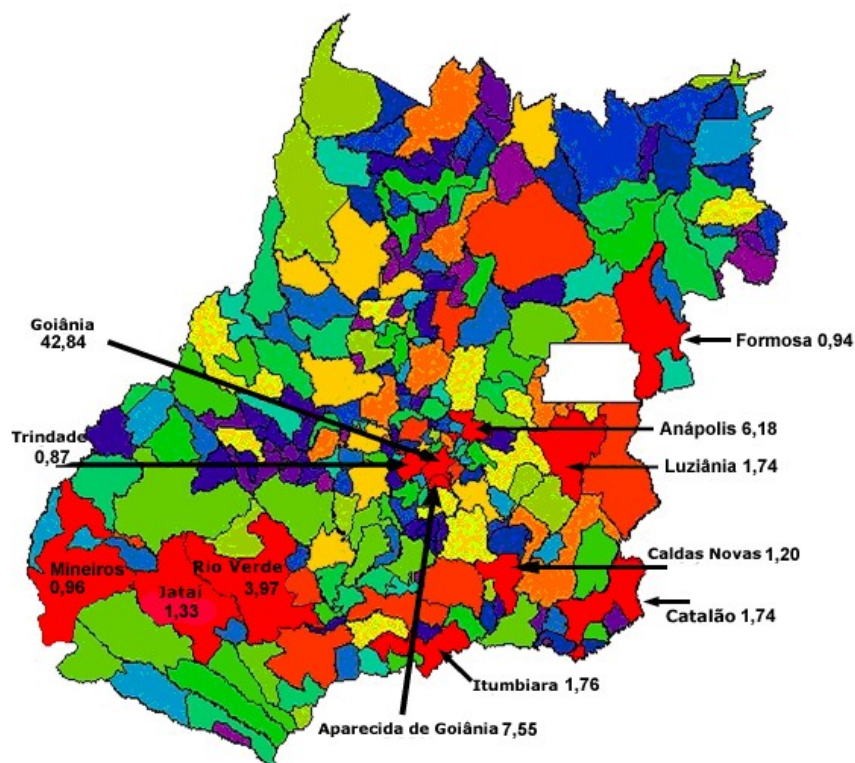


Figura 1: Goiás e o Território de Acumulação de Trabalho – 2008

Fonte: RAIS/MTE

Elaboração: Centro de Estudos sobre Trabalho, Território e Desenvolvimento/CeTTeD-CSEH/UEG

Esta dinâmica sugere um quadro de geração de empregos nas áreas próximas ao sistema de escoamento de mercadorias na trajetória Sudeste-Sul, sobretudo, no que se refere à área de abrangência da cana-de-açúcar e seus desdobramentos.

Uma das características do momento histórico recente do desenvolvimento capitalista é a diminuição dos postos de trabalho efetivos e estáveis. Atividades laborais implementadas em tempo integral, “*onde a assunção para os trabalhadores empregados têm tempos e lugares determinados e com grande diversidade de posição e papel entre quem trabalha como empregado e quem é independente*” (Vasapollo, 2005, p. 34), são recorrentemente utilizadas nos países desenvolvidos. É o caso, também no Brasil, na forma de contratações flexíveis ou atípicas.

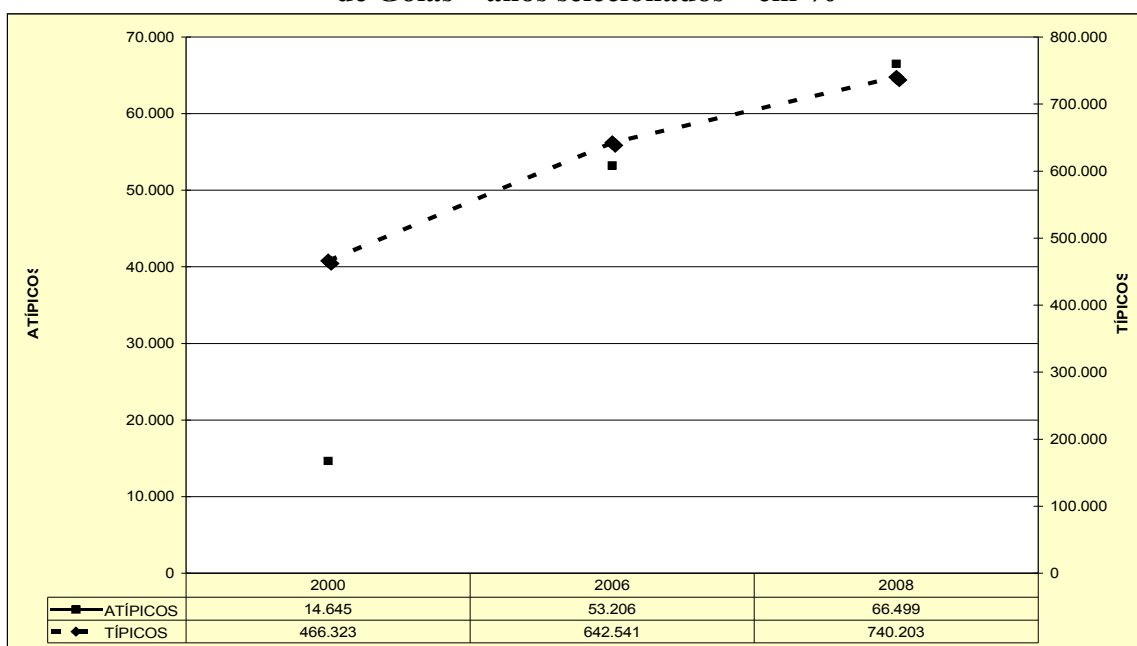
Krein (2007) afirma que as contratações atípicas no Brasil ainda são pouco expressivas se comparadas com países desenvolvidos, principalmente àqueles que fazem parte da União Européia; entretanto, percebe-se que estas novas formas de contratação vêm

crescendo mais rapidamente do que as formas típicas de contrato. Não só em termos quantitativos, mas também com novas modalidades. Em 2000, eram nove as formas flexíveis de contratação. Em 2006, tais tipos de contratos passam para 13 modalidades. Este aumento de tipos de vínculos representa um aumento de cerca de 103% no número de contratações atípicas no mercado de trabalho formal brasileiro, entre 2000 e 2006.

O avanço da contratação atípica demonstra, portanto, um amplo processo de reestruturação dos mercados de trabalho, numa trajetória de desestruturação e precarização do mercado de trabalho brasileiro.

No que se refere ao Território de Acumulação de Trabalho de Goiás, o gráfico 1 indica que se em 2000, os vínculos atípicos representavam 3% do total dos tipos de vínculos gerados em seu mercado de trabalho formal, em 2008 esta representação passa para cerca de 8%. Este movimento indica um crescimento de 354% de contratos flexíveis no Território de Acumulação de Trabalho de Goiás, frente a uma variação de 58% dos vínculos típicos no período 2008/2000.

Gráfico 1 – Evolução dos tipos de vínculos no Território de Acumulação de Trabalho de Goiás – anos selecionados – em %



Fonte: RAIS/MTE

Elaboração: Centro de Estudos sobre Trabalho, Território e Desenvolvimento/CeTTeD-CSEH/UEG

Partindo do exposto, Anápolis situa-se no seguinte cenário: 1- está inserida numa dinâmica de acumulação de capital e concentração de trabalho, em cerca de 5% do território goiano, tendendo a se consolidar como um espaço de contradições e conflitos

entre Capital e Trabalho, encampano: a - um intenso processo de transformação/transição em seu mundo do trabalho; e, b - as principais alterações em termos de dinamismo dos setores de atividade econômica, de relações e condições de trabalho, dando um tom de funcionalidade à “nova” dinâmica de acumulação capitalista; 2- diante do fato de que a Indústria apresenta sinais de dinamismo, no que se refere à geração de empregos, as ocupações geradas no Território de Acumulação de Trabalho tende a revelar uma dinâmica de geração de empregos voltados para ações operacionais de baixo teor técnico-científico, corroborando com o processo de *desindustrialização precoce*⁸ vivido no país, imputando ao estado de Goiás uma dinâmica de geração de empregos da força de trabalho voltados para os setores que “compensam” a atividade industrial⁹. Este movimento parece indicar uma incapacidade dinâmica do estado de Goiás, em particular no eixo de concentração de trabalho, de superar sua condição de “atraso” técnico-científico em relação ao centro dinâmico do país, leia-se o Sudeste. Não obstante tal situação em que se encontra o mundo do trabalho goiano, este não difere do cenário atual evidenciado, também, no centro dinâmico do país, quando relacionada à geração de ocupações voltadas para o setor de Serviços e seus subsetores de atividade¹⁰, onde se verifica sua importância para a geração de empregos; e, 3- a evolução da contratação atípica ou flexível, onde tal instrumento, muito utilizado em todas as escalas do espaço de produção capitalista, intensifica o uso da força de trabalho, alterando o caráter inclusivo do mercado de trabalho, tornando-o um ambiente criador/gerador de incertezas e de intensificação da redundância do Trabalho.

Com o intuito de discutir alguns destes elementos, a próxima seção busca alimentar a discussão sobre o mercado de trabalho de Anápolis frente ao cenário exposto.

2 – Considerações sobre o mercado de trabalho formal de Anápolis

Duas questões estão presentes na pauta de discussões entre economistas¹¹ e profissionais do setor público (sejam de qualquer esfera de poder: legislativo ou executivo, ou de qualquer amplitude de governo: municipal, estadual ou federal), são eles: inflação e desemprego. Para os municípios, ainda que importante, o primeiro tema passa distante de uma possível ação direta, já que ações de controle inflacionário são, em grande medida, aplicadas em escala federal. Já sobre a segunda questão, há uma inversão na discussão,

⁸ Ver RICUPERO (2007)

⁹Ver MOREIRA et.alli. (2008)

¹⁰Sobre esta discussão, ver POCHMANN (2001)

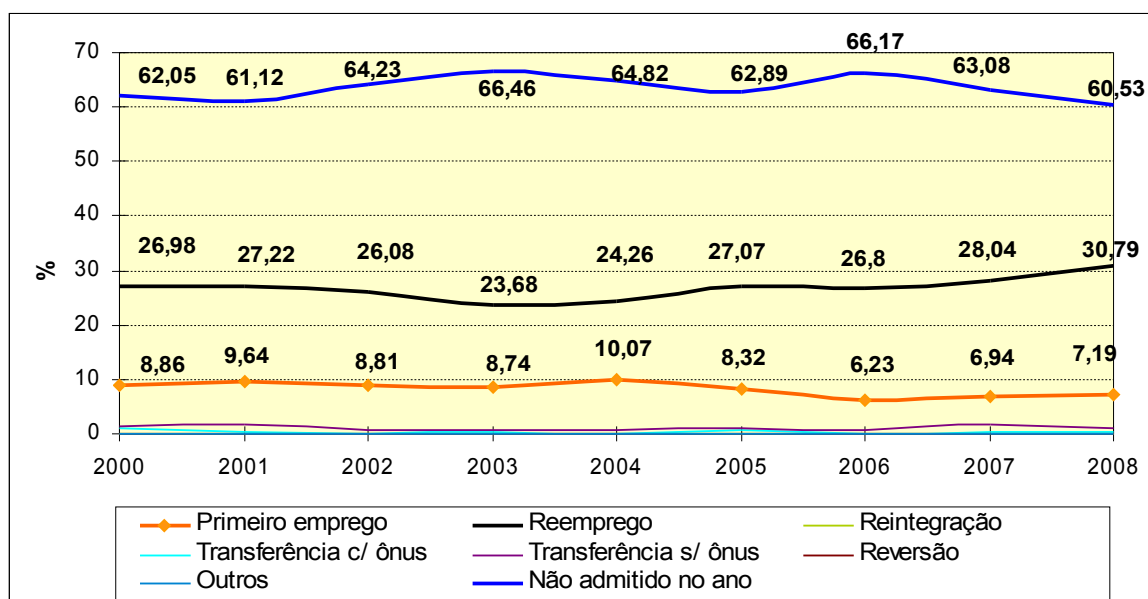
¹¹ A citação deste profissional está exclusivamente relacionada à formação do autor.

pois na falta de pesquisas para cálculo de desemprego, fica mais evidente aos governos municipais, discussões em torno da geração de empregos.

Sendo assim, de acordo com os dados da RAIS, para o período 2000-2008, o município apresenta dificuldades em manter um ritmo crescente na captação de novos trabalhadores, indicando uma tendência à manutenção dos atuais nos postos de trabalho gerados. Ou seja, não há dificuldade em se gerar empregos formais, já que no período em questão houve um acréscimo de cerca de 75%, mas as características desta dinâmica de geração de emprego é, no mínimo, interessante.

Uma das informações que contribui para a análise dessa afirmação é a variável “Tipo de Admissão”. Verifica-se que houve um aumento de 42% na categoria “Admissão no Primeiro Emprego”, enquanto que as categorias “Reemprego” (que significa admissão de empregado com emprego anterior) e “Não admitido no ano” (que significa que os trabalhadores já estavam presentes na empresa, quando da informação para a RAIS), aumentaram em 100% e 71%, respectivamente. Em termos de participação destas categorias no total dos postos de trabalho formais gerados no município, os dados mostram que enquanto no ano de 2000, “Admissão no Primeiro Emprego” representava 8,9% do total dos postos de trabalho, em 2008 esta categoria passa a representar 7,1%; enquanto que as duas outras categorias que representavam 27% e 62%, respectivamente, em 2000, passam a representar 30,7% e 60,5% do total gerado no município em 2008. Ou seja, o mercado de trabalho de Anápolis é pouco dinâmico no que se refere à aquisição de novos trabalhadores. O que acontece de fato é a manutenção dos postos com rotatividade e/ou manutenção de trabalhadores, e não geração de emprego para novos trabalhadores propriamente dita. O gráfico 2 mostra esta questão, indicando a tendência à baixa participação da variável “Admissão no Primeiro Emprego”, no total das admissões geradas.

**Gráfico 2 – Anápolis – Empregados formais segundo tipo de admissão
(em %) – 2000 a 2008**



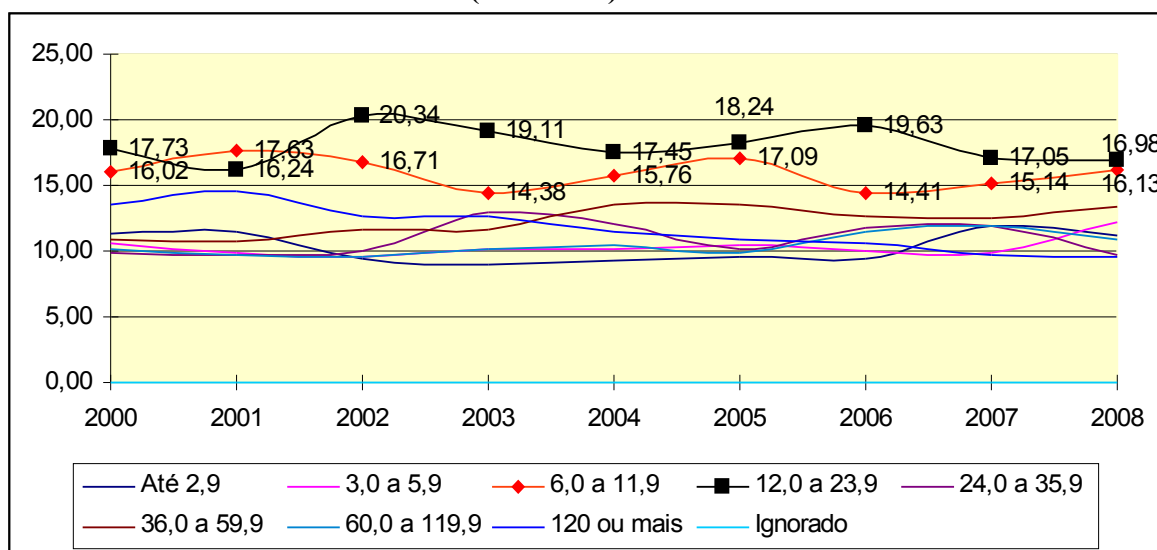
Fonte: RAIS/MTE

Elaboração: Centro de Estudos sobre Trabalho, Território e Desenvolvimento/CeTTed-CSEH/UEG

Como já dito, se observarmos os totais de admissões geradas (40.123 em 2000 e 70.145 em 2008), diríamos que não foi pouca coisa: cerca de 75% de aumento. O problema é quando verificamos que isso significa uma absorção limitada de novos trabalhadores pelo mercado de trabalho anapolino.

Outra variável que contribui para essa limitação é a “Faixa de Tempo de Emprego no Vínculo”. Aqui, as faixas que representam tempos de serviço curtos, “até 2,9 meses” e “3 a 5,9 meses”, têm demonstrado, ao longo do período analisado, baixa participação na composição do emprego total. O mesmo ocorrendo com a faixa de tempo mais longa, “120 meses ou mais” (que apresenta uma queda acentuada: de uma participação no emprego total em cerca de 13,5%, em 2000, para 9,5 em 2008). Ou seja, o mercado de trabalho anapolino não dispensa tão rapidamente seus trabalhadores, mas não os mantém durante muito tempo. Na verdade, a faixa de tempo de emprego que tem concentrado maior número de trabalhadores ao longo do período 2000-2008, é a de “12 a 23,9 meses” (com cerca de 17%), seguida da faixa que vai de “6 a 11,9 meses” (com 16% do total dos empregos gerados em 2008). Em termos de evolução do emprego nesta categoria, tem-se que estas duas faixas apresentaram aumento de 67% e 76% no número de trabalhadores, no período analisado, respectivamente. Vale a pena ressaltar que apesar da discreta participação das faixas “até 2,9 meses” e “3,0 a 5,9 meses”, elas cresceram 72% e 101%, no período 2008/2000, respectivamente. O gráfico 3 mostra esse movimento.

Gráfico 3 – Anápolis – Empregados formais segundo faixa de tempo de emprego no vínculo (em meses) – 2000 a 2008



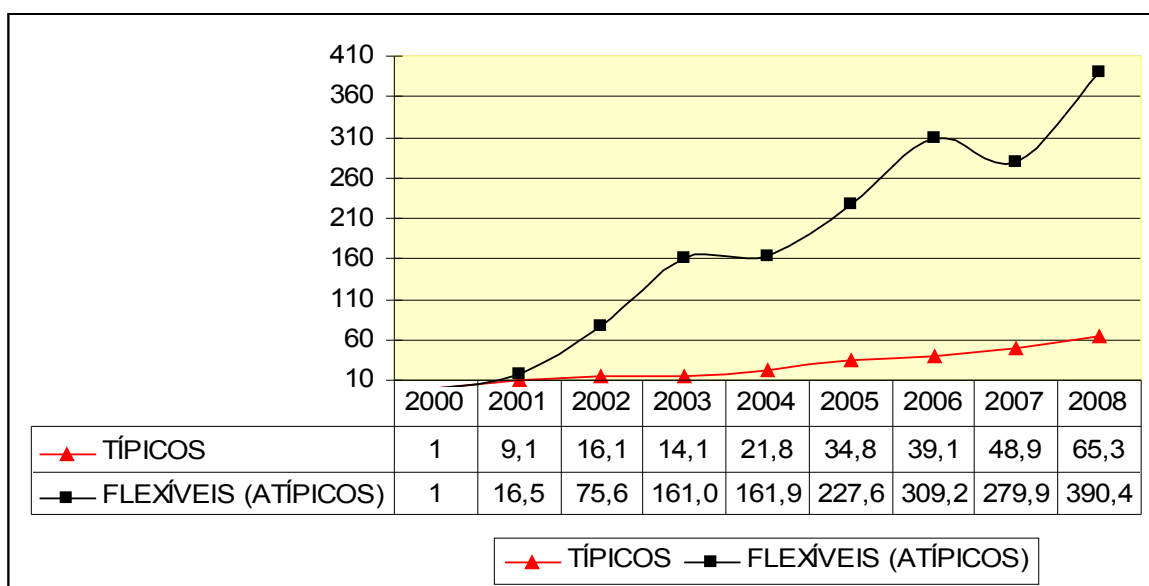
Fonte: RAIS/MTE

Elaboração: Centro de Estudos sobre Trabalho, Território e Desenvolvimento/CeTTed-CSEH/UEG

O que isso mostra é que, aparentemente, o mercado de trabalho anapolino não garante acúmulo de experiência e regularidade de manutenção no mesmo aos que nele estão empregados. Isso pode indicar um mercado de trabalho volátil, traduzido em ocupações que são facilmente re-utilizadas. Esse comportamento pode facilitar, ainda mais, a geração de empregos dinamizada pelas duas categorias analisadas anteriormente (“Reemprego” e “Não Admitido no Ano”). Ou seja: ocupação em um posto já existente por um trabalhador que acabou de sair de um outro posto de trabalho. Dos males, o menor, já que pelo o menos, não há sinais claros de desemprego e a geração de emprego continua. A questão é: esta dinâmica é ideal ou não, já que não se evidencia uma substantiva atração de novos trabalhadores?

Esta característica pode ser articulada ao aumento expressivo de vínculos empregatícios representados por contratos com prazo/tempo determinados. O gráfico 4 mostra a evolução dos contratos atípicos (ou flexíveis) e dos contratos com prazo/tempo indeterminados (típicos) em Anápolis.

Gráfico 4 – Anápolis - Evolução dos tipos de vínculos – 2000 a 2008 – em %



Fonte: RAIS/MTE

Elaboração: Centro de Estudos sobre Trabalho, Território e Desenvolvimento/CeTTeD-CSEH/UEG

Observação: Ano de 2000 representa a base = 100.

O que se verifica a partir do gráfico 4, é que o volume de vínculos atípicos (ou flexíveis) cresceu significativamente no município de Anápolis, tornando, em parte, a indicação acima sobre a característica do mercado de trabalho anapolino verdadeira. Qual seja, a de que o mercado de trabalho formal de Anápolis é possuidor de uma dinâmica de redundância na utilização da força de trabalho empregada, tendendo à precarização das condições/relações de trabalho, bem como, do uso de sua força de trabalho.

Isto se reflete nos rendimentos percebidos pelos trabalhadores anapolinos: 73,5% dos trabalhadores formais recebem entre 1 a 3 salários mínimos. No período 2008-2000, houve um aumento de 79,7% no número de trabalhadores situados nesta faixa e de 85,8% no número de trabalhadores situados na faixa de “0,5 a 3,0 salários mínimos”. A faixa de rendimentos médios que vai de “3,01 a 7,0 salários mínimos” que em 2000 representava 18% do total dos empregos formais gerados, em 2008 concentrava 14,5% do total dos trabalhadores formais. Queda também verificada na faixa de rendimentos médios de “7,01 a 20,0 salários mínimos”: de uma representação de 6% do total dos postos de trabalho gerados em 2000, para 4,9% em 2008.

Como desdobramento de contratos de curto prazo e uso redundante da força de trabalho, representado pela baixa oxigenação dos postos de trabalho (baixa inserção de novos trabalhadores), ocorre uma concentração de trabalhadores recebendo baixos salários.

A guisa de conclusão

Esta breve discussão indica que não há limites para a expansão da lógica capitalista de acumulação ao introduzir atributos/características novos em mercados de trabalho em construção. Desta forma, o desenvolvimento capitalista atual tende a indicar que ao replicar sua lógica de acumulação, produzindo espaços para tal processo, este deve ocorrer de maneira a suprimir as barreiras que surgiram e coexistiram com os espaços de acumulação anteriores, mais ainda em franco funcionamento. Assim, cidades médias, como Anápolis, devem criar atributos novos em seu mercado de trabalho de maneira intensa para impedir as arestas existentes, e historicamente criadas, em espaços como as Regiões Metropolitanas, por exemplo.

Aqui reside, por exemplo, a funcionalidade dos contratos atípicos na cidade de Anápolis: fundamentar a exploração do trabalho em um mercado de trabalho em construção, tal qual que existe em mercados de trabalho situados em espaços consolidados pelo Capital. Tornando a precariedade no (e do) trabalho a forma central e hegemônica de dinamizar o mercado de trabalho de Anápolis, este tende a se apresentar como um ambiente que não garante direitos e renda que possam contribuir para um adequado nível de vida para o trabalhador anapolino. Ou não, passa a garantir um nível de vida, para o trabalhador, adequado à acumulação do Capital, via o aumento da exploração do trabalho, nos termos aqui apresentados.

Assim, a dinâmica do mundo do trabalho brasileiro, em especial o goiano, aqui brevemente representado pelo mercado de trabalho de Anápolis, impõe a necessidade de uma re-leitura sobre os conceitos de Trabalho e Desenvolvimento para, a partir daí, surgirem contribuições com posturas crítica, participativa e propositiva para a questão da geração do trabalho, do emprego e da renda.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Giovanni. Trabalho e mundialização do capital. São Paulo: Práxis, 1999.
- ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- CHESNAIS, François. A mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHESNAIS, François. A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- KREIN, José Dari. “O avanço da contratação flexível”. In: *Política Econômica e Mercado de Trabalho – 2000/2006*. Carta Social e do Trabalho, Campinas: IE-UNICAMP/CESIT, nº 6, maio-agosto, 2007.
- LEWIS, W. Arthur. “O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra”. In: *AGARWALA, A N. e SINGH, S.P. A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.
- MOREIRA, Marcelo Jose, BARROSO, Ana Cláudia, NUNES, Angelo Rafael Nascimento, SAKAUE, Francis Henrique Putencio. “Efeitos da mundialização no desenvolvimento regional no Brasil: a construção do Território de Acumulação de Trabalho de Goiás e a (re)afirmação do subdesenvolvimento brasileiro”. In: *Anais do IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional: Gestão Territorial e Desenvolvimento Regional - A agenda política e de pesquisa*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.
- POCHMANN, Márcio. O emprego na globalização – a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.
- RICUPERO, Rubens. Desindustrialização precoce: futuro ou presente do Brasil? Mimeo. 2007
- VASAPOLLO, Luciano. O trabalho atípico e a precariedade. São Paulo: Expressão Popular, 2005.